

MEMÓRIA E IDENTIDADE DO CENTRO DE VITÓRIA (ES) A PARTIR DO ACERVO FOTOGRÁFICO

Aparecido José Cirillo (CNPq/FAPES/PPGA-UFES)

Rosa da Penha Ferreira da Costa (Mestranda em Artes – PPGA/UFES)

RESUMO:

Este artigo apresenta parte dos estudos que estão sendo realizados no Programa de Mestrado em Artes, na Universidade Federal do Espírito Santo. Pretende analisar um acervo de fotografias de imóveis e paisagens do Centro de Vitória, que estão aos cuidados do Arquivo Público Municipal. O objetivo deste texto é apresentar algumas reflexões sobe os conceitos de memória e identidade da cidade que envolvem essas fotografias, entendidas na sua dimensão de documentos. A análise dessas imagens irá revelar nuances das alterações ocorridas na Cidade, bem como revelar fragmentos da identidade do espaço urbano. Espera-se ainda auxiliar na escrita da História da Arte e da cidade capixaba por meio da análise da fotografia como linguagem. Pretende, também, mostrar a importância deste acervo como patrimônio histórico, artístico e cultural para a construção da memória cultural no Espírito Santo.

Palavras-chave: Fotografia; Cidade; Memória; Patrimônio; História da Arte.

ABSTRACT:

This article wants to analyze a collection of photographs of buildings and landscapes of Vitória City, Brazil, who are in care of the City Hall. This paper intends to reflect up the concepts of memory and social identity shown by the group of photos realized as documents. The analysis of these images will reveal nuances of changes in the City, as well as fragments of the urban identity. We hope it'll assist writing capixaba art and city history through the analysis of the language shown at these photos. It also intends to show the importance of this photo collection as historical, artistic and cultural value to the art search.

Key words: Photographie, Urban landscap; memorie; art history; heritage.

1 Introdução

Esta pesquisa pretende analisar as fotografias existentes no Arquivo Público Municipal, que retratam imóveis e paisagens do Centro de Vitória, realizando um estudo comparativo das imagens ao longo do tempo, mostrando as alterações ocorridas na imagem da cidade nessa área, revelando nuances da identidade do Centro da capital capixaba.



Inicialmente está sendo feito um levantamento bibliográfico e documental sobre o tema. Em seguida agrupam-se as diversas fontes escritas, bem como tem sido feito um recorte, analisando fotografias de imóveis do Centro de Vitória, mostrando as alterações dos imóveis e da paisagem ao longo do tempo e sua situação atual. Também se enfatiza a importância desse acervo como patrimônio histórico, artístico e cultural para a construção da memória capixaba, pois de acordo com Didi-Huberman (1998), não se deve ver a imagem apenas como um documento, ou um sintoma da história, mas reconhecer nela uma nova dimensão e complexidade.

Vitória é a capital do estado do Espírito Santo, fundada oficialmente em 8 de setembro de 1551, "com uma população de 320.156 habitantes, segundo estimativas de 2009 do IBGE" (WIKIPEDIA, 2010). Possui um Arquivo Geral, no qual se encontra um rico acervo fotográfico, constituído por doações recebidas dos moradores do município e foram registradas numericamente por ordem de chegada. Atualmente é composto por cerca de 8000 fotografias, entre os quais há cerca de 100 negativos em vidro. Seu acervo abrange fotografias referentes aos anos de 1910 a 1993. As fotos após esse período se encontram na Secretaria de Cultura e ainda não foram encaminhadas para o Arquivo. Os primeiros registros apontam para a primeira metade do Século XX (1910 a 1950), sendo do período de 1920 a 1950 cerca de um terço dessas fotografias.

Para a identificação das fotos pelo Arquivo Público, foi criado o projeto *Campanha de Identificação do Acervo Fotográfico*, realizado no período de 1995-1997, com os moradores mais antigos da capital, que por meio de relatos orais ajudaram na identificação de parte do acervo. Esse processo de identificação corresponde ao método filológico, inicialmente utilizado pelas pesquisas em História da Arte para atribuição de elementos de identificação das obras, visando sua organização e tabulação inicial. Assim, fotos foram identificadas por voluntários, sendo que a cada três "identificações" iguais por foto, a descrição era aceita pelo grupo que desenvolvia o trabalho. Ainda hoje, o arquivo conta com pessoas como o Sr. José Tatagiba que auxiliam na identificação das fotografias. Esse acervo é composto por vários conjuntos de fotografias: há imagens referentes a diversos períodos administrativos, fotos relativas a obras públicas e serviços urbanos, registros feitos de vários ângulos de paisagens da capital; fotografias de vários monumentos e



casarios, além de fotos de diversas personalidades e algumas fotos do Município de Vila Velha e dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

A escolha do acervo fotográfico e o recorte provisório realizado se dão na medida em que ele, além de documento histórico, tem também grande valor artístico. Vê-se a fotografia para além do documento, com pleno conhecimento das várias possibilidades de investigações poéticas e artísticas passíveis de serem feitas através dela, tirando da obscuridade em que se encontra o acervo fotográfico do Arquivo Geral do Município de Vitória, trazendo-o à luz, mostrando a necessidade urgente de preservá-lo, pois conforme descrito por Lopes acerca a fotografia capixaba,

Infelizmente muito pouco foi preservado, tanto no que se refere às imagens produzidas para o poder público, como dos retratos adquiridos pelos representantes da elite e da pequena burguesia local. O Estado não dispõe, até o momento, de nenhum arquivo específico com banco de dados e catalogação da iconografia. As bibliotecas e arquivos, que detêm a guarda de um número maior ou menor de imagens, não dispõem de serviços de catalogação, identificação de fotógrafos e fotografados, nem acondicionam e restauram adequadamente esse tipo de material. Além de serem esses critérios necessários à preservação dos acervos, facilitariam ainda a consulta de pesquisadores e interessados. A se manter a atual situação, em curto espaço de tempo, nada mais restará da memória visual do Estado. (LOPES, 2004, p. 11)

Reconhecendo na fotografia sua natureza dupla, de registro (documento) e de criação (arte), este estudo se propõe a ser tanto uma pesquisa bibliográfica como histórica (documental), num trabalho que busca evidenciar a necessidade de preservação do acervo, por ser esse um patrimônio cultural e de sua importância para a preservação da memória capixaba, mostrando as alterações ocorridas ao longo do tempo na imagem e paisagem do Centro de Vitória, revelando a identidade deste espaço, bem como também apontar caminhos para estudos da história através da fotografia (pelo emprego de suas imagens numa postura dialética, como meio de expressão e fonte de descobertas), tratar a imagem como memória e identidade da paisagem da Cidade exige uma reflexão sobre o próprio conceito de identidade, porém, nessa fase da pesquisa ainda nos centramos no papel documental dessas fotografias, as tratando como memória.

Para mostrar a importância do acervo para a preservação da memória, uma obra que está sendo tomada como referência é *História e Memória*, de Jacques Le Goff (2003), na qual o autor conceitua "memória", buscando em vários autores e ao longo



do tempo as diversas formas de memória. Também estão sendo buscadas referências nos irmãos Tadié, no livro Le sens de la mémoire (TADIÉ; TADIÉ, 1999). Para os estudos da história através da fotografia será usado como referência o livro Fotografia & História (2001), de Boris Kossoy, pois neste livro este autor propõe vários princípios e ações que permitem utilizá-lo como base metodológica, além de estudos da Antropologia Visual.

De modo geral, podemos afirmar que estas imagens (exemplos a seguir) são marcas indiciais da memória da Cidade, e guardam, como os cartullaris medievais, as relações de uso e ocupação urbana.

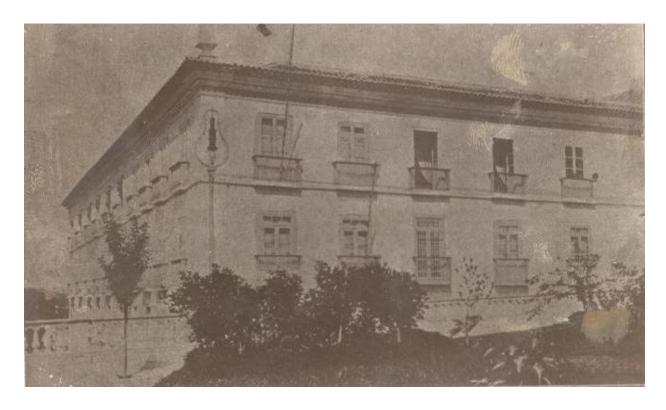


Figura 1 - Negativo de Vidro (arquivo 001190) - Palácio do Governo – Década provável: 1910



Figura 2 - Foto 000077 – Palácio do Governo, ao fundo Prédio da Escola de Comércio Década provável: 1940



Figura 3 - Foto 000407 – Prédio da FAFI – Década provável: 1940 Esquina da Avenida Jerônimo Monteiro com Rua Barão de Itapemirim



Figura 4 - Foto 000194 – Década provável: 1940 Rua Barão de Itapemirim, à esquerda, prédio da FAFI



Figura 5 - Foto 001155 - Avenida Jerônimo Monteiro vendo-se à esquerda o Mercado da Capixaba Sem data



2 Memória

Se como documento, essas fotografias são memória, este é o primeiro tema abordado neste trabalho. Muitos pensadores, de diversas áreas do conhecimento, têm trabalhado ao longo do tempo, o conceito de memória. Le Goff (2003, p. 419, 420), em seu ensaio, traz basicamente o surgimento da memória nas ciências humanas (história e antropologia). Porém, também a descreve no campo científico global, além de abordar a memória como "propriedade de conservar certas informações", remetendo a um "conjunto de funções psíquicas", pois "abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia, [...] a psiquiatria" (perturbações da memória) e a amnésia (perda total ou parcial da memória).

Le Goff (2003, p. 420) cita a aprendizagem e o uso de mnemotécnicas; o abandono da idéia de uma atualização mais ou menos mecânica de vestígios mnemônicos em favor de concepções mais complexas da atividade mnemônica do cérebro e do sistema nervoso: "o processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios".

Na psicologia, Piaget e Inhelder (apud LE GOFF, 2003, p. 420-421), através do "estudo da aquisição da memória pelas crianças permitiu constatar o grande papel desempenhado pela inteligência". Os fenômenos da memória, tanto na biologia quanto na psicologia "são resultados de sistemas dinâmicos de organização" e só existem "na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui". Com isto houve a aproximação da "memória de fenômenos diretamente ligados à esfera das ciências humanas e sociais", por exemplo, para Pierre Janet: "o ato mnemônico fundamental é o comportamento narrativo, que se caracteriza por sua função social," que é comunicar a outro "uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo." Já Henri Atlan "aproxima linguagens e memórias," a linguagem falada, e depois, escrita, traz a possibilidade de armazenamento da nossa memória que por isto sai dos limites físicos do corpo.

Para Le Goff (2003, p. 422), o desenvolvimento da cibernética e da biologia: enriqueceram o conceito de memória humana consciente; e as pesquisas passam do "estágio fundamentalmente empírico para um estágio mais técnico e cita Disury (In Mendlers, Brion e Lieury,1971, apud LE GOFF, 2003, p. 422), que afirma que a partir de 1950, há alterações nos interesses por influência de novas ciências, por



exemplo, a cibernética (dos estudos relativos às máquinas ao estudo das conexões nervosas nos organismos vivos) e a lingüística.

Em oposição à memória, Le Goff (2003, p. 421) cita a amnésia: "não é só uma perturbação no indivíduo, mas também a falta ou perda da memória, voluntária ou involuntariamente, da memória coletiva nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva".

2.1 Memória e arquivologia

Conforme Le Goff (2003, p. 429), "os reis criam instituições-memória: arquivos, bibliotecas, museus,"

Zimrilim (cerca de 1782-1759 a. C.) faz do seu palácio de Mari, onde forma encontradas numerosas tabuletas, um centro arquivístico. Em Rãs Shamra, na Síria, as escavações do edifício dos arquivos reais de Ougarit permitiram encontrar três depósitos de arquivos no palácio: arquivos diplomáticos, financeiros e administrativos. Nesse mesmo palácio havia uma biblioteca no II milênio antes da nossa era e no século VII a. C. era célebre a biblioteca de Assurbanipal, em Nínive. Na época helenística, brilham a grande biblioteca de Pergamo e a célebre biblioteca de Alexandria, combinada com o famoso museu, criação dos Ptolomeu. (LE GOFF, 2003, p. 429-430)

Le Goff (2003, p. 430), cita a "memória real", pois os reis fazem compor anais que narram seus feitos, "levam à fronteira onde a memória se torna história". Conforme relata Elisseeff (apud LE GOFF, 2003, p. 430), os adivinhos passaram a ser guardiões de "um vasto repertório de receitas de governo e a qualidade de arquivista acabou pouco a pouco a pertencer" a eles. Tornaram-se "guardiões dos acontecimentos memoráveis próprios de cada reinado." Com o desenvolvimento do comércio, surgem os catálogos dos melhores guerreiros, dos melhores cavalos, do exército troiano, etc. Na Grécia arcaica há a "instituição do *mnemon* – pessoa que guarda a lembrança do passado em vista de uma decisão de justiça (pode ser relacionado a uma operação ocasional ou com uma função durável". Com o desenvolvimento da escrita, estas 'memórias vivas' transformam-se em arquivistas.

Ainda de acordo com Le Goff (2003, p. 445), surgem os *cartularii*, locais onde os senhores feudais guardam suas cartas e demais documentos que apóiam seus direitos em relação ao uso e domínio da terra, bem como em relação a genealogia. Surge a *memória feudal*. Os reis mantiveram *arquivos ambulantes* e aproximadamente em 1200 surgem os arquivos de chancelaria. Do século XIII ao século XIV há uma proliferação de *arquivos notariais* (FAVIER, 1958, apud LE



GOFF, 2003, p. 445) e com o crescimento das cidades criam-se os *arquivos urbanos*, locais onde são guardados documentos que estão relacionados com a identidade coletiva. Também no século XIV são feitos os primeiros inventários de arquivos e "em 1356, um tratado internacional (a Paz de Paris entre o delfim e a Savóia) ocupa-se pela primeira vez do destino dos arquivos dos países contratantes" (BAUTIER, 1961, apud LE GOFF, 2003, p. 445), porém, "durante muito tempo, no domínio literário, a oralidade continua ao lado da escrita, e a memória é um dos elementos constitutivos da literatura medieval." (LE GOFF, 2003, p. 445).

Ribeiro (200?), afirma que desde as origens até a Revolução Francesa, a evolução dos sistemas de informação seguiram uma certa linearidade, concentrando a documentação em locais apropriados, dentro das instituições produtoras da informação, que entre outras coisas administravam o uso destas informações. Porém ainda de acordo com esta autora, "após a Revolução Francesa e por influência do racionalismo iluminista", esta evolução foi abalada, criando uma "preocupação em nacionalizar os bens das classes dominantes do Antigo Regime", com isto surge o paradigma custodial, que se afirma e consolida-se durante o século XIX e parte do século XX.

Conforme Ridolphi, uma vez que uma das finalidades básicas do arquivo é a preservação do patrimônio documental, "arquivo e memória são termos que se entrelaçam", pois a prática da preservação permite perpetuar os "fatos, personagens e valores considerados importantes para o futuro".

[...] na atualidade, os arquivos formam as bases de representação dos repositórios de memória dos grupos sociais. Neles, certamente, estarão registrados relatos, tradições, retratos evocados e trazidos à superfície de manifestações, ritos do passado. (BELLESSE; GAK, 2004, p. 38 apud RIDOLPHI, 2005).

Estamos cercados pelo passado, ou pela contribuição dele. Segundo McGarry (1999), "todas as civilizações são governadas pelos mortos", de modos sutis e variados: pela tradição oral que nos cerca, pelo processo da educação formal e pelas formas mais duradouras de perpetuação da informação (bibliotecas, arquivos, museus, galerias de arte). Somos influenciados por filósofos, artistas, escritores, etc. Permanência e conservação são essenciais para a continuidade de uma cultura e para que seres humanos se beneficiem dos conhecimentos e aptidões de outros, é necessário dispormos de um sistema de armazenamento para transmitir esses



benefícios através do tempo. "Precisamos do equivalente social de nossas próprias memórias, efetivamente, uma memória social ou cultural", pois, sem este mecanismo imprescindível "cada nova geração teria que reaprender do início todos os conhecimentos e habilidades tão arduamente adquiridos por seus antepassados ao longo do tempo." Assim, vivência vai se tornando memória; memória evocada como lembrança que constrói um ponto de confluência: a cultura. Deste modo, memória é condição para cultura e identidade.

2.2 Memória, cultura e identidade

Conforme Moraes (2000, p. 100), cultura, identidade e memória podem ser consideradas em seus sentidos ampliados,

como equipamentos, ações, serviços e condições gerais de existência que influenciam na qualidade de vida dos indivíduos e sociedade; memória, identidade e cultura são construções históricas, sociais e tecnológicas; de diferentes níveis de organização e complexidade (movimentos sociais, ciência e tecnologia, lazer) numa sociedade articulada à mundialização dos processos sociais e produtivos, com graves e imediatas conseqüências para a vida humana. Mas deve ser observado que memória, identidade e cultura são, também, construções discursivas.

Ainda de acordo com Moraes, essas construções discursivas tomam formas diversas: narrativas orais, imagética ou escrita, pois "são expressões e registros possíveis de um tempo e de um grupo, uma expressão de quem quer ser ouvido e possui uma linguagem própria", são "um convite para repensar (e, se necessário, reinventar e ressignificar) o nosso campo de conhecimento e intervenção."

De acordo com informações que constam no site da Prefeitura, "o patrimônio histórico do centro de Vitória é mais antigo do que os das cidades de Ouro Preto (MG) e de São Paulo (SP)" e nele há construções que datam "da primeira metade do século XVI, quando foram construídas, após o rei português Dom João III ter introduzido o sistema de donatários para cada Capitania". O Centro de Vitória tem um significado muito grande para a capital capixaba, pois durante muitos anos concentrou o Poder Legislativo e Judiciário estaduais, além do Executivo que ali ainda permanece. Também, por muito tempo, foi a maior referência no comércio da capital. Possui um Porto, no qual atracam transatlânticos e navios comerciais, o principal teatro do estado, o Teatro Carlos Gomes, museus, a Biblioteca Municipal, uma faculdade de música, igrejas, diversas praças, parques, um intenso comércio popular, bancos e escolas. Cirillo (2009), afirma que



Arte e cidade se mesclam numa relação simbiôntica na qual um objeto sensível (obra ou cidade) somente pode ser percebido por um olhar sensível (do sujeito) que ser forma a partir do momento que se coloca frente a frente com outros objetos sensíveis do mundo sensível. Assim, a obra, a cidade e o sujeito constituem uma tríade inseparável que torna perceptível o mundo [...]. Pode-se pensar que as características de uma cidade definem-se pelo acúmulo dos resultados dos modos de vida de sua população. Esse modo de vida é moldado pelas relações culturais, políticas, econômicas e sócias, gradualmente estruturadas pela própria sociedade em correlação com outras estruturas sociais de influência constante ou apenas históricas em variáveis graus de importância na construção de sua identidade.

Gomes (200?), diz que "a memória de determinada população atua como uma operação ideológica, acarretando o desenvolvimento de um processo psíquico-social de representação de si próprio que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas".

Podemos pensar, neste início de reflexões que envolvem esta pesquisa, que as fotografias que integram este acervo são um lócus documental, são índice do modo como a vida e a cultura foram se impregnando na imagem da cidade de Vitória ao longo destas sete oito décadas impressas em sais de prata, revelados pela mesma luz que a capturaram. Essas fotografias são a poesia da gestação da história da cidade.

Refletindo sobre Argan (2005), se estas fotografias são a história da cidade, e se a história da Arte pode ser escrita a partir da história da cidade, podemos pensar que o avanço dos estudos desse arquivo iconográfico da cidade de Vitória pode auxiliar na escritura da história da Arte no Espírito Santo, mas, sem dúvida, estas são a história da cidade: das suas ruas, casas, habitantes, festas, etc., enfim, a imagem da memória da cidade.

Mas esta, a cidade, não é a lendária cidade de Zora (CALVINO, 2002), condenada pela impossibilidade de mudança para que sua imagem na memória não se perdesse. Vitória imprimiu estas memórias em fotografias. Grafadas sobre papel e prata; tão instáveis e mutáveis como a cultura que as gerou.

Essas fotografias são uma fuga do esquecimento. Como memória, as fotografias do arquivo em estudo são memória coletiva: uma força tensionada pela relação esquecimento *versus* lembrança e cujo resultado conduz à identidade social.



Le Goff (2003, p. 469) afirma que a evolução das sociedades, na segunda metade do Século XX, elucida a importância do papel que a memória coletiva desempenha. A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento, das classes dominantes e dominadas – luta pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. A constituição de um aparato da memória social domina todos os problemas da evolução humana, pois a memória é um elemento essencial da identidade (individual ou coletiva). A memória coletiva é uma conquista, e por isto, instrumento e objeto de poder (mais evidentes nas sociedades orais ou em via de constituir uma memória coletiva).

Ainda de acordo com Le Goff (2003, p.422), os "psicanalistas e os psicólogos insistiram, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento [...], nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual". Segundo Ridolphi (2005), Freud, no século XX, desenvolve os conceitos de memória e esquecimento utilizando a metáfora do arquivo:

A memória é tratada como um arquivo dinâmico, e os traços que a constituem são comparados a documentos, marcas que expressão uma complexa relação entre esquecimento e lembrança (GONDAR, 1997, apud RIDOLPHI, 2005).

Assim, o dinamismo do arquivo (neste caso, as fotografias do Centro de Vitória) pode evidenciar como, na mediação lembrança-esquecimento, como foi sendo construída e transformada a identidade da cidade: coletiva e social.

Para Cirillo (2009), a identidade social, por sua característica de autenticidade, é a força mais influente que existe em cada local,

Essa força é a identidade social pertencente a cada local, cidade ou região, oferecendo acima de tudo a visualização de sua realidade (a quem se dá o tempo de observar), tornando possível vislumbrar, de forma generalizada, o tipo de sentimento que se produz ali. Nesse caso, torna-se impossível observar sem vivenciar, pois local e identidade constroem-se mutuamente. Esse conceito é fundamental para a interação da obra com a cidade.

Ao que parece, a construção da identidade social parte de um projeto poético coletivo que encontra na cultura, em seus traços e padrões, os elementos fomentadores do seu processo de constituição. Retrato da cultura, a cidade é uma obra composta por fragmentos, fragmentos sintonizados e em constante movimento, um mosaico de peças flutuantes interligadas pela malha da identidade social. [...]. A cultura de uma cidade estabelece-se, então, a partir de um conjunto de tendências que evidenciam



a intencionalidade do projeto de criação dessa identidade e de uma obra que é a cidade e suas evidências.

Os profissionais da memória e da cultura devem fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica, pois a "memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens". (LE GOFF, 2003, p. 471),

Segundo Carlos A. C. Lemos,... a cidade tem que ser encarada como um bem cultural de um povo [...] um artefato que pulsa, que vive, que permanentemente se transforma, se auto-devora e expande em novos tecidos recriados para atender a outras demandas sucessivas de programas em permanente renovação (LEMOS, 1985, p. 47 apud CIRILLO, 2009)

3 Considerações

Finalizamos a reflexão iniciada neste artigo propondo que os estudos da História da Arte encontre um local adequado para os estudos documentais, para a necessidade de uma política para que os arquivos não saiam das gavetas bachelarianas apenas pelo fetiche do documento, mas como marcas indiciais de uma história da sociedade e da cultura; uma história dinâmica, em movimento.

No caso deste estudo, uma história da cidade revelada nesses arquivos fotográficos para os quais os pesquisadores são como cavaleiros da memória na sua luta por novos domínios, e o Arquivo Público Municipal, o fiel depositário.

Referências

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CIRILLO, José; CELANTE, Ciliani. América: 500 anos de devastação e saque: arte pública e monumento, p. 1456-1470. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 18. 2009, Salvador. Anais... Salvador: ANPAP, 2009. Disponível em: http://www.anpap.org.br/2009/pdf/chtca/aparecido_jose_cirillo.pdf>. Acesso em:03 mar. 2010.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. Trad.: Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1998.



GOMES, Mariana Elias. A Rua Direita, em Mariana, MG : considerações sobre as relações entre patrimônios histórico-culturais e a atividade turística. Disponível em : http://br.monografias.com/trabalhos915/rua-direita-mariana2.shtml. Acesso em : 26 mar 2010.

KOSSOY, Boris. Fotografia & história. 2. ed. rev . São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, Jaques. Memória. In: ______. **História e Memória.** 5. ed. Campinas (SP): UNICAMP, 2003. p. 419-476.

LOPES, Almerinda da Silva. **Memória aprisionada:** a visualidade fotográfica capixaba: 1850/1950. Vitória: EDUFES, 2004.

McGARRY, Kevin. Armazenamento e transmissão de informação na sociedade. In:
_____. O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória. Brasília (DF): Briquet de Lemos, 1999. Cap. 3, p. 62-110.

MORAES, Nilson Alves de. Memória e Mundialização: algumas considerações. In: LEMOS, Maria Tereza Toríbio Brittes; MORAES, Nilson Alves de (org.). **Memória e Construções de Identidades.** Rio de Janeiro: 7letras, 2000. p. 92-101.

PREFEITURA Municipal de Vitória. **Centro concentra edificações históricas.** Disponível em: http://www.vitoria.es.gov.br/turismo.php?pagina=centrodevitoria>. Acesso em: 29 mar 2010.

RIBEIRO, Fernanda. Gestão da Informação / Preservação da Memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário? 200?. Acesso em: 25 ago. 2008.Disponível em: http://www.ndc.uff.br/portaldereferencia/sites.asp?categorias=21>.

RIDOLPHI, Wagner Ramos. O arquivo como meio de resgate da memória. In: CONGRESSO INTERNACIONOAL DE ARQUIVOLOGIA, 6., 2005 Campos do Jordão. **Anais...** Campos do Jordão: Associação Paulista de Arquivistas, 2005.1 CD.

TADIÉ, Jean-Yves; TADIÉ, Marc. Le sens de la mémoire. Paris: Gallimarde, 1999.

VITÓRIA (Espírito Santo). Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Vit%C3%B3ria (Esp%C3%ADrito Santo). Acesso em: 26 mar. 2010wikipedia

Aparecido José Cirillo

É pesquisador e artista plástico, vinculado ao grupo de pesquisa em Processo de Criação do Programa de Mestrado em Artes da UFES. Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004). Tem experiência na área de Artes, com ênfase em processos criativos, Teorias e História da Arte. Desenvolve pesquisas sobre a Arte Contemporânea no Espírito Santo, com apoio da FAPES e do CNPq.

Rosa da Penha Ferreira da Costa

Pesquisadora e professora do Departamento de Arquivologia da UFES, graduada em Artes Plásticas e Arquivologia; pós-graduada em Gestão do Conhecimento. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Artes da UFES.